

150 ANOS

MAPA mostra força da agricultura em Mato Grosso

Sindsep-MT parabeniza trabalhadores do MAPA por um século e meio de história

No próximo dia 28 de julho o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) completa 150 anos. Em Mato Grosso, o órgão nasceu em 1938, com a criação do Horto Florestal, à margem esquerda do Rio Coxipó da Ponte com o embarque de 2,2 mil mudas de diversas espécies vegetais. Num estado genuinamente agrícola, o MAPA e seus servidores têm uma relação direta com o desenvolvimento do setor. **(Página 4)**



Lula sanciona MP 479 com vetos



Contrário às reivindicações da classe trabalhadora e ao apelo dos parlamentares, o Presidente Lula converteu a Medida Provisória 479 na Lei 12.269 de 21/06/2010. **(Página 3)**

Um tapa na cara do Jornalismo de MT

A agressão do vereador de Pontes e Lacerda, Lourivaldo Rodrigues de Moraes (DEM), contra a repórter Márcia Pache, da TV Centro Oeste (SBT local), é o retrato fiel da truculência e política da força para manter benesses em que se transformou a política do Estado. **(Veja material completo na página de Opinião)**

Termina greve do Incra-MT, mas servidores mantêm mobilização



Servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Mato Grosso decidiram em Assembleia com o superintendente regional substituto, Valdir Mendes, na terça-feira, 22 de junho, suspenderem a greve iniciada no dia 2 de junho.

(Página 3)

Servidores da SRTE vão a Brasília para lutarem pelo direito de greve

(Página 3)

Demonstração do Resultado SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MATO GROSSO
Período: 30/05/2010

(Página 2)

Governo não encaminha PL e prejudica 27 setores do Executivo

(Página 4)

Um tapa na cara do Jornalismo de MT



*Por Jonas da Silva

A agressão do vereador de Pontes e Lacerda, Lourivaldo Rodrigues de Moraes (DEM), contra a repórter Márcia Pacheco, da TV Centro Oeste (SBT local), é o retrato fiel da truculência e política da força para manter benesses em que se transformou a política do Estado. A pancada gratuita é próprio de quem se esconde com o

ar de autoridade em cargo eletivo para eliminar o debate de ideias, o contraditório, o direito à liberdade de expressão.

Como o não tão nobre parlamentar, a política de Mato Grosso está cheia desse eixo do mal que destrói a representação política e provoca arranhões e mais danos à imagem de homens e mulheres da vida pública. Não por acaso, vários políticos com mandato atualmente só não fazem a agressão física do vereador, mas têm o mesmo vício de não respeitar a democracia, a opinião pública, ou alguém que os fiscaliza e cobra transparência, como a Imprensa. É o exemplo mais direto da prática daqueles políticos que querem porque querem de todo jeito tirar vantagem do dinheiro público recolhido por todos nós.

É um tipo contagioso que pensa com a máxima de que atos covardes como esses nunca são punidos. Há, nesses casos, e de quem os acoberta, a violência para manutenção do poder, a esperteza errada da impunidade. Assim como se comportaram espanhóis e portugueses na chegada a este pedaço do chão do Brasil Central há cinco séculos. Como também fizeram depois bandeirantes paulistas com a matança em massa de indígenas, povos originais e outros que detinham poder da posse da terra, riqueza natural e da cultura.

Esse peso de individualismo e egoísmo também foi praticado mais recentemente por grupos políticos que resolveram se associar, disfarçar de representante popular para assaltar os cofres públicos sob todas as formas

de desvios, com uso de nomes de idosos, laranjas e outras parafernálias que não combinam com partidos, política ou o modo decente de se manter no poder.

O tapa do vereador de Pontes e Lacerda é a marca do coronelismo que pensa que manda em tudo e em todos. Mas os tempos mudaram, precisa compreender o tal vereador Kirrarinha. Hoje, um mar da população inconformada, mais informada, com mais acesso a conhecimento, tem opinião melhor e pune com o aparato tecnológico da internet. O vereador precisa saber que a mídia está presente em cada sombra ou passo de gente que não respeita outras pessoas e o grupo ao qual pertence.

A falta do Kirrarinha é gravíssima e requer uma reação popular de indignação para que isso não

seja perpetuado na política.

O tapa na cara do Jornalismo de Mato Grosso protagonizado mais uma vez por políticos de araque tem uma saída a médio prazo: a eleição de 3 de outubro, quando milhares de mato-grossenses têm o mesmo valor de caciques, coronéis e vereadores que costumam agredir profissionais de Imprensa e cidadãos comuns, fisicamente ou não. Aqueles que como Kirrarinha costumam cantar de galo e aterrorizar comunidades, como revelam profissionais de Imprensa de Pontes e Lacerda.

O erro, a violência condenável é do vereador, mas também de lideranças e dirigentes do seu próprio partido, o DEM, que aceitam esse tipo de perfil tirado dos filmes de faroeste. É o que consta

na sigla, pois o vereador pretende se candidatar a deputado estadual. Cabe agora perguntar: É esse tipo de representante que merece uma sociedade mais informada e de mais conhecimento? Com a palavra, a Câmara de Vereadores de Pontes e Lacerda, a Justiça Eleitoral, a direção do partido do vereador e seus aliados.

De concreto, resta a certeza de que a opinião pública, a Imprensa e os movimentos sociais não se calarão com o barulho do tapa que estrondou de vergonha a política estadual. Tomara que os políticos do eixo do mal de Mato Grosso ainda se lembrem o que é isso...

** Jonas da Silva é jornalista em Cuiabá e ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso*

Demonstração do Resultado SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT

33.710.088/0001-94
Período: 30/05/2010

Receitas Brutas de vendas e/ou serviços

RECEITAS		
MIN PLANEJAMENTO	282,40	
EXERCITO	4.419,34	
MIN EDUCACÃO (MEC)	20,43	
MIN AGRICULTURA	3.155,66	
MIN FAZENDA	2.972,39	
MIN JUSTIÇA	42,07	
POLICIA FEDERAL	29,33	
MIN AERONÁUTICA	56,60	
MPAS/SAS	187,42	
MIN SAUDE	180,84	
MINISTÉRIO DO TRABALHO	1.959,80	
UFMT	386,26	
FUNAI	7.051,42	
M M E	101,56	
D N P M	45,96	
FUNASA	21.127,02	
A N V S	51,08	
D N I T	1.055,91	
AGU	241,87	
IBAMA	1.134,59	
MIN COMUNICAÇÕES	625,39	
INCRA	7.537,50	
MIN TRANSPORTES	4.738,25	
INSS	1.102,69	
MIN MARINHA	210,98	
CONAB	1.360,66	
D P R F	86,72	
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	158,56	
SERPRO	12,24	60.334,94

(=) Receita Líquida **60.334,94**
(=) Superávit Bruto **60.334,94**
(-) Despesas Operacionais

DESPESAS TRABALHISTA		
SALÁRIOS	4.953,65	
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	50,00	
FÉRIAS + 1/3	467,25	
FGTS	612,26	
INSS	2.637,69	
VALE TRANSPORTE	506,00	
ASSISTÊNCIA MÉDICA	292,95	
AJUDA ALIMENTAÇÃO	600,00	
PARCELAMENTO INSS	718,07	
AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	5.912,01	
AJUDA DE CUSTO DIRETORES	1.600,00	
GRATIFICAÇÃO COMISSIONADA	1.600,00	
ANUÊNIO	35,38	19.985,26

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	3.511,85	
ENERGIA ELÉTRICA	1.456,21	
ÁGUA E ESGOTO	38,48	
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	552,90	
LANCHES E REFEIÇÕES	451,50	
DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	458,70	
DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	4,00	
VIAGENS E ESTADIAS	3.731,90	
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	4.200,00	
JORNAIS E REVISTAS	150,00	
CUSTAS PROCESSUAIS	300,40	
KENTEL PLUS ALARME	195,00	
CONDSEF	750,00	
MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	793,29	
MENSALIDADE COPIADORA	300,00	
COPIAS EXCESSO	1.117,00	
MENSALIDADE SOFTWARE NETSPEED	76,30	
JORNAL O COMPROMISSO	1.400,00	
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	2.600,00	
AJUDA DE CUSTO	1.000,00	
CUT NACIONAL	1.500,00	
DESPESAS MANUTENÇÃO	286,00	
DESPESAS ÓRGÃOS	250,00	
PARALIZAÇÃO DRT	160,00	
CONGRESSO 2010	1.961,71	
SEMINÁRIO FUNASA 19/05/2010	4.570,06	
CONDSEF GESTÃO ANTERIOR	1.000,00	32.815,30

DESPESAS FINANCEIRAS

TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	57,77	57,77
--------------------------------	-------	-------

DESPESAS TRIBUTÁRIAS

IRRF - IMPOSTO DE RENDA FONTE	91,09	
IRPJ - IMPOSTO DE RENDA PJ	500,00	591,09

(=) Superávit Operacional **6.885,52**
(=) SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO **6.885,52**

MARIA DE JESUS DA SILVA
CONTABILISTA
C.R.C. : MT-009536-0-4 / C.P.F. : 766.765.601-00

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA
PRESIDENTE
R.G. : 474000 SJ/MT / C.P.F. : 349.054.641-53

SIND. DOS SERV. PUBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT
Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com

Jornalista Responsável: **Thais Raeli - DRT 26 645/RJ**

Tel.: (65) 8126-0123 E-mail: jornalista@gmail.com

Diagramação/Edição de Arte: **Mario Pulcherio Filho - 9214-8099**

Fotos: **Chico Venâncio**

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA (PRESIDENTE), ROOSEVEL MONTA (VICE - PRESIDENTE), DAMASIO DE SOUZA PEREIRA (1º SECRETÁRIO), LUIZ MAURO EVANGELISTA (2º SECRETÁRIO), EDSON LUIZ DOS SANTOS (1º TESOUREIRO), IDIO NEMÉSIO DE BARROS NETO (2º TESOUREIRO), ADEBAL CASTRO QUEIROZ (1º SEC. ADM), ADELINO FERREIRA CAMPOS (2º SEC. ADM), MAURÍCIO ALVES RATTACASO JÚNIOR (1º SEC. FORM. SIND), IRACY OLIVEIRA FERREIRA (2º SEC. FORM. SIND), JAMIL OURIVES JÚNIOR (1º SEC. JURÍDICO), AMÉLIA ALVES SANTANA (2º SEC. JURÍDICO), IDEVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA (1º SEC. INTERIOR), ADELIO DA SILVA JÚNIOR (2º SEC. INTERIOR), MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES (1º SEC. IMPRENSA), ELIETE DOMINGOS DA COSTA (2º SEC. IMPRENSA), IZABEL SANTANA DA SILVA (1º SEC. APÓS. E PENS.), ENILDO GOMES (2º SEC. APÓS. E PENS.), EDIVAN DA SILVA CAMPOS (1º SEC. ANIST. E DEMIT.), MANOEL ARNALDO DAS CHAGAS (2º SEC. ANIST. E DEMIT.), ROSINA DE ALMEIDA PAIVA (1º SEC. CULTURA), PATRÍCIO FERREIRA ORTIZ (2º SEC. CULTURA); **SUPLENTE PARA DIRETORIA EXECUTIVA:** SEBASTIÃO DE JESUS (1º), SAMUEL FERNANDES DE SOUZA (2º), FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO (3º), MIRTES BENEDITA RONDON (4º), FRED CEBALHO (5º), DONATO FERREIRA DA SILVA (6º); **CONSELHO FISCAL:** VALDEMAR RODRIGUES SILVA (1º), MANOEL JOÃO DA SILVA (2º), JUAREZ JUSTINO DE BARROS (3º); **SUPLENTE:** JOÃO GALDINO (1º), ARCILIO DE BARROS FILHO (2º), JOSÉ GONZAGA DE FREITAS (3º)

Termina greve do Incra-MT, mas servidores mantêm mobilização

Servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Mato Grosso decidiram em Assembleia com o superintendente regional substituto, Valdir Mendes, na terça-feira, 22 de junho, suspenderem a greve iniciada no dia 2 de junho.

Segundo o representante do movimento, Adalberto Justino de Oliveira Júnior, os servidores seguem mobilizados na busca do apoio de par-

lamentares em Brasília e continuarão na luta pela isonomia, reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras e Salários (PCCS) e melhores condições de trabalho.

Desde o início, a greve contou com apoio do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) que enviou representantes para Brasília para acompanharem o processo de negociação com o Governo Federal. Até o momento, não houve avanço.

A insatisfação dos grevistas gira em torno do Projeto de Lei 5920/09, do Executivo, que cria gratificações e reajusta salários de servidores de diversos órgãos federais. O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas precisa ter ajustes para contemplar todos os servidores de forma igualitária e os trabalhadores continuarão reivindicando emendas ao texto para que se possa beneficiar a categoria de forma justa.



Servidores da SRTE vão a Brasília para lutarem pelo direito de greve



Através do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), quatro servidores da Superintendência Regional do Trabalho (SRTE) estiveram em Brasília no final do mês de junho para acompanharem a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a permanência ou não da greve.

A audiência foi motivada pelo Governo Federal, que não concordou

com a última decisão que dava aos servidores o direito de fazer a mobilização. Enquanto não há acordo, a previsão é que em todo o Brasil a categoria se mantém, só com metade do funcionamento no que diz respeito à emissão da carteira de trabalho e seguro desemprego.

A greve da SRTE em Mato Grosso iniciou no último dia 2 de junho. Para a categoria do Mi-

nistério do Trabalho, as lutas principais são pelo Plano de Cargo Carreiras e Salários (PCCS), criação da data base, bem como as condições de trabalho.

Apesar da greve ser pacífica, os servidores não estão esperançosos sobre a apresentação de uma proposta do Ministério do Planejamento que regularize a situação deles. Para o presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, é importante que haja mais adesão de servidores federais no quadro de filiados do sindicato, para que possam fortalecer a luta e estarem presentes nas pautas de negociações. “Quando mais pessoas apoiando, maior é a pressão e nossas conquistas”, disse Carlos.

Lula sanciona MP 479 com vetos

Contrário às reivindicações da classe trabalhadora e ao apelo dos parlamentares, o Presidente Lula converteu a Medida Provisória 479 na Lei 12.269 de 21/06/2010. Decepcionando os trabalhadores da linha de frente do Executivo, o presidente vetou as alterações aprovadas na luta pela Câmara e pelo Senado, sendo um dos principais vetos a transposição dos servidores da antiga Receita previdenciária (Carreira do Seguro Social) em Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil. Também foi vetada a extensão do pagamento da GACEN para várias categorias dos trabalhadores da FUNASA.

Aposentadoria

Além disso, o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), Carlos Alberto de Almeida, aponta outro descompasso em relação ao Governo e os pedidos dos trabalhadores. A Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento baixou na terça-feira uma orientação normativa - no Diário Oficial da União - voltada aos órgãos da administração federal determinando o reconhecimento da aposentadoria especial dos servidores que, por meio de mandados de injunção, buscaram e conseguiram na Justiça o direito de se aposentar de forma especial.

A aposentadoria especial é um assunto que se arrasta desde a Constituição de 1988. Apesar de prevista em lei, essa modalidade até hoje não foi regulamentada. Há dois projetos que tratam disso à espera de



análise por parte do Congresso Nacional. Ambos foram enviados pelo Executivo em fevereiro deste ano.

Os servidores federais, descontentes, não aceitam a aposentadoria pelo INSS, tendo em vista que a aposentadoria especial contemplaria os aposentados e pensionista sem perdas, o que não ocorre com esse instrução normativa. A proposta do INSS ao servidor público é apontada pelo presidente do Sindsep-MT como uma mera enganação. “Enquanto juízes apresentam falsas sentenças e ganham a aposentadoria compulsória, o trabalhador federal ganha o presente de grego, a aposentadoria do INSS, que pode gerar perdas de 50% ou mais”, disse Carlos.

Lei 10.483/2002

Servidores que compõem a Carreira de Seguridade Social (Lei 10.483/2002) devem procurar o Recursos Humanos, no prazo máximo de 60 dias, para migrarem para carreira da Previdência da Saúde do Trabalho. Trata-se da MP479/09 que substituiu o projeto de

lei (PL) 5918/09 e acata importantes emendas defendidas pela categoria, entre elas está a que reabre prazo de adesão para que cerca de 36 mil servidores possam optar pela Carreira da Previdência Saúde e Trabalho (CPST).

Esses servidores estavam com seus salários congelados desde 2006 quando a carreira foi criada pela lei 11.355/06. Todos nessa situação devem ficar atentos. A partir da sanção presidencial da MP será dado prazo de 60 dias para que os servidores assinem termo de opção que pode ser encontrado anexo à própria medida.

A divulgação do Sindsep-MT é para que nenhum servidor perca essa oportunidade de aderir à CPST. A divulgação se faz importante também, pois a maioria desses servidores é de aposentados e pensionistas. Os efeitos financeiros da tabela da CPST passam a ter vigor no contracheque desses servidores a partir do momento da assinatura do termo. Portanto, não há valores retroativos a serem percebidos.

Sindsep-MT ganha ação trabalhista

O departamento jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (SINDSEP-MT) obteve êxito em mais uma ação movida contra o sindicato. Trata-se de ação de Execução de Honorários Advocatórios em tramite na 20ª Vara Cível de Cuiabá, sob o numero 88/2009, ajuizada por Bernardo Gomes, Patricia Daniela Moraes Gomes e Danyele Aparecida Gomes, em que pretendiam

receber R\$ 28.957,56, decorrente de supostos serviços advocatícios prestados a gestão anterior.

A ação foi proposta originariamente perante a 1ª Vara do Trabalho de Cuiabá/MT, cuja à competência foi declinada para a Justiça comum estadual e no dia 11/06/2010 o Juiz da 20ª Vara Cível de Cuiabá declarou extinta a execução sob o fundamento de que os exequentes já haviam manejado idêntica ação em

desfavor do Sindicato, tendo por objeto o mesmo contrato e por fundamento a falta de pagamento da dívida resultante dos serviços prestados e condenou os exequentes no pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios R\$ 1mil. Segundo o departamento jurídico, a sentença ainda é passível de recurso, mas é pouco provável que a referida sentença seja reformada.

150 ANOS

MAPA mostra força da agricultura em Mato Grosso

Sindsep-MT parabeniza trabalhadores do MAPA por um século e meio de história

No próximo dia 28 de julho o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) completa 150 anos. Em Mato Grosso, o órgão nasceu em 1938, com a criação do Horto Florestal, à margem esquerda do Rio Coxipó da Ponte com o embarque de 2,2 mil mudas de diversas espécies vegetais. Num estado genuinamente agrícola, o MAPA e seus servidores têm uma relação direta com o desenvolvimento do setor.

Ao longo tantos anos em Mato Grosso, o MAPA coleciona histórias de vida dedicadas ao desenvolvimento da agricultura. Juracy Vaz de Medeiros, 64 anos, é um desses personagens. Aposentado há um ano, ele ingressou no ministério quando tinha 19 anos e foi seu primeiro e único emprego. "Acompanhei mudanças extraordinárias no Governo e no Estado, principalmente através do Fomento Agrícola, trabalhando para pequenos agricultores na mecanização e utilização do maquinário e isso foi fundamental para o funcionamento", contou.

Juracy atribuiu o nascimento de várias cidades, principalmente na região da Grande Cáceres a vinda do Ministério da Agricultura para Mato



Grosso, isso em 1968, quando as colônias agrícolas se transformaram em cidades, através da ligação de rodovias. "Sem o Ministério da Agricultura, Mato Grosso poderia estar atrasado uns vinte anos", acrescentou. Atualmente, por ser o servidor mais antigo do Mapa, o técnico em contabilidade que ficou por mais de três décadas à frente do Recursos Humanos tem uma galeria em sua homenagem. Inaugurada em 17 de dezembro de 1992, Juracy Vaz de Medeiros tem sua marca registrada no órgão.

A comemoração dos 150 anos do Mapa também é vista com orgulho pelo superintendente regional, Francisco Morais Chico Costa, que aos 60 anos tem mais de três dé-

cadadas de dedicação ao ministério. "Evoluímos muito com o fomento da agricultura e da pecuária, com o acompanhamento técnico o ministério tem um papel fundamental no desenvolvimento", avaliou.

O Mapa de Mato Grosso conta com um incremento de mais de R\$ 10 milhões do Governo Federal e desse montante quase R\$ 5 mi são destinados à vacinação contra febre aftosa. Ao todo, são 492 servidores em Mato Grosso, incluindo aposentados e pensionistas. Para o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), Carlos Alberto de Almeida, o país e o Estado são agrícola e esse aniversário vem para valorizar a

mão de obra desses trabalhadores e de tantos anos de dedicação.

Histórico

Mato grosso é líder na produção de soja, algodão e em rebanho bovino. É também destaque na produção de milho e crescente em produção de arroz, além de suínos e aves. Desde a criação do Ministério, por Decreto Imperial, em julho de 1860, os negócios da Agricultura foram liderados por diferentes estruturas. Em 1930, ao Ministério da Agricultura é atribuída importância política e econômica no cenário nacional. A estrutura organizacional do Ministério permaneceu inalterada por 50 anos.

Em 1980, os assuntos relativos à reforma agrária e aos recursos florestais e pesqueiros foram excluídos. Mais tarde, em 1990, a nova Pasta da Agricultura recuperou as atribuições tradicionais, com exceção do abastecimento, e incorporou ações de coordenação política, de execução da reforma agrária e de irrigação.

De 1990 a 2007, em razão das competências conferidas à Pasta, a estrutura organizacional do Ministério foi sendo gradualmente ajustada: em 1991, incorporou os assuntos de abastecimento, política agrícola e desenvolvimento rural; em 1992, passou a de-

nominar-se Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária; em 1996, assumiu a denominação de Ministério da Agricultura e do Abastecimento; em 1998, foram incluídos novamente os assuntos relativos aos recursos pesqueiros; em 1999, foram incorporados os assuntos relativos à política do café, do açúcar e do álcool, bem como os relativos à política governamental, nas atividades do setor agroindustrial canavieiro, até então afetas ao Ministério da Indústria e Comércio; em 2001, com a inclusão da pecuária, passou a denominar-se Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, numa clara demonstração de importância deste segmento; e, em 2003, os assuntos pesqueiros foram retirados da competência da Pasta.

Em 2004, para responder ao crescente desafio de acompanhar as grandes modificações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que têm impacto sobre a população mundial, o MAPA iniciou um amplo diálogo com o setor produtivo, no sentido de prover políticas públicas adequadas às necessidades de consumo da população e ao desenvolvimento agropecuário.

Como consequência desse processo, iniciou um programa de gestão estratégica, visando, a partir das tendências do agronegócio no Brasil e no mundo, a construção de sua missão e visão de futuro, oferecendo respostas seguras às demandas da sociedade. O registro desse conjunto de informações históricas é fundamental para garantir a memória da história do agronegócio no Brasil, contribuindo para ampliação e disseminação do conhecimento sobre o tema.

Fonte: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, IICA



Juracy Vaz de Medeiros é o servidor mais antigo do Mapa e tem uma galeria que leva seu nome

Governo não encaminha PL e prejudica 27 setores do Executivo

Para descontentamento dos servidores, o governo não encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de lei contemplando as reivindicações previstas nos acordos firmados em vários meses de negociação com diversos setores do Executivo, representados pela Condsef e pelo Sindsep-MT. Alguns, inclusive, foram determinantes para o encerramento de greves. O prazo final para incluir os recursos no Orçamento 2011, segundo o governo, era até dia 3 de julho.

Mais de seis meses de um exaustivo processo de negociações foi ignorado pelo governo. De forma irresponsável, o Executivo não encaminhou - como havia dito em diversas ocasiões - projeto de lei (PL) que atingiria 27 setores da base da Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal). A Secretaria de

Recursos Humanos (SRH) do Ministério do Planejamento chegou a informar que o PL seria encaminhado com ou sem acordo dos servidores, fazendo referência a propostas apresentadas pelo governo e que haviam sido rejeitadas pela maioria de algumas categorias.

Na oportunidade, espera-se que o Planejamento apresente oficialmente explicações, justificativas e soluções para atender os acordos e compromissos firmados com milhares de servidores do Executivo. Todos exigem saber por que foi dado tratamento diferenciado ao Legislativo e Judiciário que tiveram suas demandas encaminhadas apesar de críticas recebidas até mesmo do secretário do Tesouro Nacional. "Os servidores não são contra o atendimento dessas demandas e sim contra o tratamento discriminatório dado à maioria do Exe-

cutivo", destacou Josemilton Costa, secretário-geral da Condsef.

Estava no PL - Entre as propostas que o governo pretendia encaminhar ao Congresso estava incluída a reabertura de prazo para adesão de servidores do Dnocs para quem receber VPNI. O PL também incluiria a incorporação da GAE ao Vencimento Básico de servidores de nível auxiliar do PECFAZ. Os atrasados devidos a esses servidores, no entanto, o governo disse que não poderia garantir, alegando impedimentos legais. Outra categoria que seria contemplada era a dos docentes do ex-Território de Fernando de Noronha que seriam incluídos na carreira de ensino tecnológico. Também no PL, o percentual de reajuste das diárias concedidas à indenização de campo seria estendido à Gacen e Gecen. Esses eram ape-

nas alguns dos acordos que afetavam 27 categorias da base da Condsef.

AGU, Inep, FNDE e SPU - Entre outros setores que também estariam contemplados no PL, estavam administrativos da AGU. Para o setor, o governo se comprometeu a encaminhar plano especial de cargos e plano de carreira para novos concursados. Para servidores do Inep e FNDE o governo também havia se comprometido a encaminhar reestruturação da carreira e dos PEC's. No caso do SPU, estava garantida a valorização de gratificação (Giapu).

Entre os itens que a SRH informou seriam encaminhados mesmo sem acordo com os servidores estava tabela salarial garantindo mesmo tratamento a servidores de nível superior dos seguintes setores: PGPE/CPST, PEC/CULTURA, PEC/

FAZ, PEC/PRF, PEC/PF, IMPRENSA NACIONAL, ARQUIVO NACIONAL, INCRA, SUDAM, SUDENE, DFMM, MAPA, MIN. DEFESA, MIN. JUSTIÇA, MRE e MDA. Para o nível intermediário, o governo propunha a criação de uma gratificação de qualificação (GQ) no valor de R\$250. A Condsef considerou a proposta, principalmente para servidores de nível intermediário, inaceitável. Para a entidade não houve debate suficiente com a categoria e a proposta do governo poderia acabar prejudicando mais que melhorando a situação da categoria.

Sem o PL, a Condsef exige saber como o governo pretende cumprir os compromissos firmados com servidores de sua base. A entidade já formalizou junto ao Planejamento protestos contra itens negociados e não cumpridos. A

Condsef estuda cobrar judicialmente o cumprimento desses itens. "Não se pode propor um canal de negociações com os servidores e ao final desse processo, de forma leviana, simplesmente deixar de cumprir com o que foi dito", destacou Josemilton. "Não podemos tolerar esse comportamento irresponsável do governo e vamos atrás de nossos direitos", avisou.

A Condsef alerta os servidores de sua base a permanecerem atentos e prontos a defender seus interesses. Todas as novas informações ligadas ao processo infrutífero de negociações com o governo e a luta em busca do atendimento de acordos firmados e ainda não cumpridos continuarão sendo divulgadas aqui em nossa página.

Fonte: Condsef

SINDSEP/MT está realizando ciclo de reuniões, com o objetivo de levar informações para a categoria e convoca toda sua base para participar. Tendo como pauta: 1) Informes Gerais; 2) Eleição do SINDSEP/MT e 3) Encaminhamentos.

MUNICIPIO	ORGÃO	DATA	HORA	LOCAL
RONDONÓPOLIS/MT	FUNAI	21/06/2010	14:00 horas	AUDITORIO - SEDE
	FUNASA	22/06/2010	09:00 horas	
	SRTE	22/06/2010	14:00 horas	
CACERES/MT	INCRA	24/06/2010	14:00 horas	SEDE
	FUNASA	25/06/2010	08:00 horas	
CUIABA/MT	9º BEC	29/06/10	09:00 horas	SEDE
CUIABA/MT	FUNASA	30/06/2010	09:00 horas	SEDE
NORTELÂNDIA/MT	FUNASA	01/07/2010	09:00 horas	CHACARA ALUISIO
GARANTA DO NORTE	FUNASA	03/07/2010	08:00 horas	SEDE DO INCRA
	INCRA			

MUNICIPIO	ORGÃO	DATA	HORA	LOCAL
PEIXOTO DO AZEVEDO/MT	FUNASA	13/07/2010	14:00 horas	ANTIGO SESP
TERRA NOVA DO NORTE/MT	FUNASA	14/07/2010	08:00 horas	Hospital Regional
ALTA FLORESTA/MT	FUNASA	15/07/2010	08:00 horas	A definir
CARLIDA/MT	CONAB	15/07/2010		
NOVA CANAÃ	MINISTERIO DA FAZENDA	16/07/2010		
COLIDER/MT	FUNAI	19/07/2010	08:00 horas	SEDE
	FUNASA			
SINOP/MT	FUNASA	20/07/2010	08:00	FUNASA
	SORRISO/MT	20/07/2010	14:00	SRTE-SEDE
	LUCAS DO RIO VERDE/MT	CONAB	21/07/2010	08:00
DIAMANTINO	INCRA	22/07/2010	08:00	FUNASA
	FUNASA		14:00	SRTE
	SRTE			
TANGARA DA SERRA	FUNASA	23/07/2010	08:00	SEDE-FUNAI
	FUNAI	23/07/2010		